

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL E SUAS ESCALAS: RELAÇÕES ENTRE A AGRICULTURA FAMILIAR E A JUVENTUDE DO CAMPO

RURAL TERRITORIAL DEVELOPMENT AND ITS SCALES: RELATIONS BETWEEN FAMILY AGRICULTURE AND THE YOUTH OF THE FIELD

Me. Arthur Saldanha dos Santos

Universidade Federal de Minas Gerais - arthur-ufvjm@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo, embora não de forma exaustiva, fomentar a análise das relações das escalas espaciais, o capital social e as redes sociais no processo de elaboração e implementação das políticas públicas de desenvolvimento territorial local. Tais assertivas se relacionam de forma direta com a agricultura familiar e a juventude rural nesse espaço. Para a construção dessa pesquisa, foram analisadas inúmeras referências bibliográficas interdisciplinares sobre os assuntos – esta pesquisa tem como metodologia, o processo qualitativo com levantamento de dados. Dessa forma, observamos que para o desenvolvimento territorial, muitas questões devem ser levadas em consideração a fim de obter resultados positivos e construtivos para as comunidades, como também, merecem minuciosos cuidados ao serem estudadas pelas políticas públicas, os atores sociais e seus modos particulares ou coletivos de sobrevivência nas áreas analisadas.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Território; Ruralidade.

Abstract

The objective of this work is, although not exhaustively, to promote the analysis of spatial scales relations, social capital and social networks in the process of elaboration and implementation of public policies for local territorial development. Such assertions relate directly to family agriculture and rural youth in this space. For the construction of this research, numerous interdisciplinary bibliographical references on the subjects were analyzed - this research has as methodology, the qualitative process with data collection. In this way, we observe that for territorial development, many issues must be taken into account in order to obtain positive and constructive results for the communities, as well as the careful consideration of public policies, social actors and their particular or survival groups in the areas analyzed.

Keywords: Development; Territory; Rurality.

Introdução

A ideia de desenvolvimento vem tomando conta da atualidade. É possível se desenvolver de forma que consiga não promover a destruição das relações sociais e nem da natureza, através da exploração? Eis ai, o grande questionamento levantado, e que, as pistas para a solução podemos encontrar nas experiências diversas do modo de vida camponês e conceitos chave de diversos autores que trabalham com temas que envolvem: cultura, desenvolvimento, redes sociais, especialização e capital social. Todos esses temas fazem parte de eixos maiores que são os recursos comuns e a gestão desses bens.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo, embora não de forma exaustiva, fomentar a análise das relações das escalas espaciais, o capital social e as redes sociais no processo de elaboração e implementação das políticas públicas de desenvolvimento territorial local. Tais assertivas se relacionam de forma direta com a agricultura familiar e a juventude nesse meio. Para a construção dessa pesquisa, foram analisadas inúmeras referências bibliográficas interdisciplinares sobre os assuntos. Dessa forma, observamos que para o desenvolvimento territorial, muitas questões devem ser levadas em consideração a fim de obter resultados positivos e construtivos para as comunidades, como também, merecem minuciosos cuidados ao serem

estudadas nas políticas públicas, os atores sociais e seus modos particulares ou coletivos de sobrevivência nas áreas analisadas.

Como percebido, a ideia de desenvolvimento territorial vem tomando conta da atualidade. É possível se desenvolver de forma que consiga não promover a destruição das relações sociais e nem da natureza, através da exploração do meio ambiente? Como os atores sociais, sobretudo, a categoria jovem podem influenciar no processo de desenvolvimento territorial, quando envolve a agricultura familiar?

Eis aí, grandes questionamentos levantados e que buscamos contribuir para aproximar de respostas ou buscas mais concisas. Assim, as possíveis pistas para a solução podem ser encontradas nas experiências diversas, do modo de vida no campo e conceitos chave de diversos autores que trabalham com temas que envolvem: cultura, desenvolvimento, redes sociais, especialização e capital social e territorialidades. Todos esses temas fazem parte de eixos maiores que são, ou deveriam ser abordados pelas políticas públicas ao serem aplicadas ou avaliadas nos territórios a qual estão ou serão inseridas.

Notas sobre a agricultura familiar e a juventude rural: conhecendo um pouco sobre os atores envolvidos no processo

Woortmman (1987) faz um traçado histórico em que ele contextualiza sua proposta de pesquisa. É importante ressaltar que sua análise se distancia da compreensão de Marx (1988) sobre o capitalismo no campesinato, e aproxima da proposta de Chayanov (1974) em construir uma discussão da vida campesina a partir de sua força de trabalho como meio de sobrevivência. Contudo, para Woortmman (1987), a visão de Chayanov (1974) é restrita e incompleta. Dessa forma, ele propõe um estudo que leva em consideração alguns aspectos da visão “chayanovista” e que, aprofunde nas vivências e relações sociais da experiência campesina, no que ele chama de “produção cultural da família enquanto valor”.

Para construir suas percepções Woortmman (1987) dialoga também com inúmeros outros autores que discutem a vida no campo. E como ponto particular, aprofunda sua compreensão das estruturas do parentesco na vivência camponesa, como noções de herança, moradia, trabalho. Onde o “acesso a terra é dado por uma combinação de princípios de parentesco (descendência, filiação, aliança matrimonial)”.

Essa concepção proposta por Woortmman (1987), já havia sido também trabalhada por Chayanov (1974) e Lévi-Strauss (1976). O autor propõe ainda, uma análise peculiar sobre a importância da alimentação como moeda no campo. Para ele, “comida, trabalho e terra são [...], categorias centrais do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza”. Essa observação é importante, pois promove um espaço em que não existe assalariamento, o que por sua vez, estabelece um campo de disputa e jogos de interesses, o que, conforme apontado pelo autor justifica o título de seu trabalho.

Observamos anteriormente a formação estrutural familiar do campo pelos trabalhadores não assalariados. Nessa perspectiva, a agricultura familiar pode ser entendida como a forma econômica de sobrevivência no campo, o que por sua vez, se apresenta como a produção mais saudável, e, com formas diferenciadas e peculiares de sobrevivência e expansão. Os trabalhadores rurais apresentam uma dinâmica própria de lidar com a terra sob caráter cuidadoso, visando a continuação de seus serviços nesse local. Essas dinâmicas se expressam também nas relações sociais e de parentescos desses atores, bem como nas funções trabalhistas de cada membro.

Nesse sentido, são muito importantes as observações do teórico Alexander Chayanov (1974), que dialoga em seu texto “*La organización de la unidad económica campesina*” principalmente com Lênin (1982) sobre o caso agrário russo, contudo, se dedicando mais especificamente, ao caso econômico camponês, o que por sua vez, possibilita também um diálogo com Marx (1988) e sua análise do capitalismo na agricultura. Tal análise foi preocupação dos autores, devido à transição do sistema feudal para o capitalista e suas implicações no campo, como políticas de acesso a terra, organização de cooperativas de produção, inserção de maquinário, etc.. A partir da ideia de produção mínima de sobrevivência, Chayanov (1974) procura compreender como as relações capitalistas influenciaram em primeiro momento, as atividades camponesas, como o tamanho da unidade familiar, o trabalho, o consumo e a relação entre a produção no campo com o tamanho da família.

Ao propor elementos básicos para um modelo de empresa agrícola, Chayanov (1974) parte da combinação entre força de trabalho e capital, em um processo que consiga abordar quantitativamente e qualitativamente a terra. Ele percebe que essa abordagem se fundamenta tanto no tamanho da área de exploração, quanto nos fatores

de produção dessa área. Visto como uma relação necessária. Chayanov (1974, p. 17) destaca que:

Quando la tierra es insuficiente y se convierte em um fator mínimo, el volumen de la actividad agrícola para todos los elementos de la unidad de explotación se reduce proporcionalmente, em grado variable pero inexorablemente.

Torna-se assim, essencial a análise da produção agrícola a partir da força de trabalho e conseqüentemente, do consumo, o que por sua vez está relacionado com o capital. Essas análises apresentam que a terra, o capital e o trabalho de uma empresa agrícola, e a “lógica de maximização do lucro” pelo empresário em função do capital e da “racionalidade empresarial”, se diferem da força de trabalho no campesinato, visto como um componente fixo na composição da produção campestre, e definida pelo tamanho da estrutura familiar.

Conforme observado no trabalho de Ribeiro et al. (2005) sobre “*Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha*”, são abordadas as relações de famílias rurais com o território. Dessa forma, os autores retratam que:

No Brasil os registros sobre apropriações comuns de terra e recursos se expandiram nos finais do século XX - desde os últimos anos do regime militar -, geralmente associados a lutas comunitárias e locais, a mobilizações camponesas, ao ressurgimento de etnias e reconstrução de identidades. Porém, dificilmente esses grupos conseguem legalizar o acesso comunitário aos recursos ou acumular força política suficiente para estabelecer alternativas à propriedade privada. As exceções notáveis têm sido os quilombos, amparados pela Constituição de 1988, e comunidades extrativistas da Amazônia. (RIBEIRO et al. 2005, p.62-63).

Assim, o território se torna um ambiente socialmente disputado, com atores sociais em busca de uma “gestão comum” dos recursos. Onde haja possibilidade de várias avaliações sobre as possíveis ações econômicas e produtivas para o desenvolvimento do espaço territorial. Para que não sejam, ambientes degradados e permaneçam as arenas de disputas. A agricultura familiar emerge então em um contexto de lutas e disputas sociais, sobretudo, entre atores locais e o poder público.

Dessa forma, de modo diretamente relacionado à agricultura familiar e força de trabalho, encontramos a juventude. Essa categoria merece uma discussão própria e bem fundamentada por ser fundamental nas mudanças sociais e políticas do país, a

quem diga que os jovens são a “esperança do futuro”. A situação juvenil vem sendo trabalhada por inúmeros autores desde tempos remotos, mas, sob perspectivas distintas das observadas atualmente. Conforme destaca Weisheimer:

A juventude é uma categoria social que passa a se constituir e adquire o sentido atual a partir do advento da modernidade. Deste modo, cabe salientar que as percepções correntes sobre ela são, necessariamente, sociais, culturais e historicamente determinadas. Isto implica reconhecer que, mesmo que já existissem jovens nos períodos históricos anteriores, seus significados, características e papéis sociais eram bastante diversos do que se atribuem recentemente (WEISHEIMER, 2009, p. 51).

Entre essas formas diferenciadas de analisar a situação da juventude na agricultura familiar, destacamos que a migração de jovens de suas comunidades rurais pode ser visto de forma negativa, por perda da mão-de-obra, ou também positiva, pela representação das estratégias de sobrevivência de famílias camponesas aos períodos de crise financeira. Entendemos então, que cada caso deve ser contextualizado e analisado a partir seus contornos próprios.

As análises sobre a juventude rural propostas por Brumer (2007), por sua vez, partem das atuais situações político-sociais envolvendo o jovem. Tais situações se baseiam ora na perspectiva de o jovem permanecer no campo, ora de sair do campo em busca de melhores condições de vida na cidade.

É grande o número de estudos sobre a juventude, nos últimos 15 anos, em grande parte decorrente da maior presença de jovens reivindicando maior visibilidade e a formulação de políticas públicas geradoras de emprego, renda, educação e lazer (BRUMER, 2007, p. 35).

A autora, juntamente com outros pesquisadores, procurou, por meio de uma série de pesquisas, entender a condição da juventude na pós-modernidade a partir de dois grandes eixos norteadores: a migração jovem e a herança da terra.

Com base em relatos coletados em pesquisa de campo, a autora compreende que os jovens, em sua maioria, possuem uma perspectiva de futuro estável economicamente, e dessa forma, as atividades no campo se apresentam limitadas e controladas pelas dinâmicas capitalistas, centradas nas economias de larga escala. São levantados os “[...] baixos rendimentos, dificuldade de acesso à terra, dureza do trabalho e das condições de vida e falta de autonomia” (BRUMER, 2007, p. 50), o que de certa forma dificulta a pequena produção de suas famílias. Contudo, o motivo maior que leva o jovem a migrar é apresentado nas oportunidades diversas de emprego nas cidades. A autora observa que:

[...] apesar do peso dos fatores estruturais, as decisões sobre a migração são tomadas por indivíduos, que variam na avaliação de fatores de atração ou de expulsão. Ademais, na decisão de migrar, provavelmente os fatores de expulsão são anteriores aos de atração, na medida em que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação. Dependendo de como se examina a questão, os estudos sobre a migração de jovens focalizaram ora os atrativos no novo ambiente ora os aspectos vistos como negativos no local de origem. Entre os “ruralistas” predominam as análises que apontam antes os fatores de expulsão do que os de atração, como causas da migração (BRUMER, 2007, p. 37).

Quanto aos motivos que levam os jovens a permanecerem no campo, Brumer (2007, p. 37) sintetiza em uma expressão: “os jovens salientam a relativa autonomia do agricultor, que não depende do patrão”. Também assinala a possibilidade do acesso a terra, de poder tocar os serviços do campo e as chances de herdarem a terra dos pais.

Pensar o campo e a cidade relacionada com a migração jovem também é foco de estudos de Carneiro (2007). Para a autora, existe uma mentalidade complexa por trás dessa situação, que é a definição do que é rural e do que é urbano. No contexto da sociedade contemporânea, definir o campo como lugar de atraso, negatividade, etc., é ser extremamente desvinculado das transformações sociais modernas. Tal premissa se justifica pela intrínseca relação entre campo e cidade por meio dos veículos de informações, por exemplo.

Carneiro (2007) afirma, ainda, que é importante entender que o jovem é protagonista de sua realidade, e cabe a ele construir história e escolher seus caminhos, seja ficar ou partir do campo. Porém, a proposta é que as políticas públicas voltadas para a juventude do campo consigam abordar de forma positiva as necessidades dos jovens, quando a escolha for ficar no campo. Dessa forma, os elementos de destaque para a socialização, inclusão e integração devem partir do acesso à internet e lazer adequado, oportunidade de qualificação e promoção profissional, por exemplo.

Stropasolas (2007) percebe que existem bons indícios de estudos e ganhos quanto à visibilidade aos jovens rurais, mas que muitas vezes são limitados por não centrarem nos focos negativos das disputas entre campo e cidade, que levam o jovem a escolher a cidade. Baseado em outros autores (WANDERLEY, 2007; BRUMER, 2007), é preciso trabalhar o local de forma geral, mas com cuidado, pois todos os casos de estudos regionais sobre juventude possuem relações entre si, mas não podem ser vistos como comuns ou gerais.

Um exemplo de tal ação é evidenciado nos estudos sociais rurais de gênero de Weisheimer (2007), em que ele observa um alto índice de mulheres jovens migrando do campo para as cidades no Sul do Brasil. Já na região Norte de Minas Gerais, segundo os dados do IBGE (2010), é possível observar o oposto: o número de jovens homens migrando é bem maior que o das mulheres jovens.

Ao propor uma relação entre agricultura familiar e juventude, queremos compreender as suas interações e articulações frente aos programas públicos e conflitos. E também, é nossa intenção ainda, perceber as possíveis existências de redes sociais e capital social ou humano nesse meio. Como veremos mais adiante, tais temas são essenciais para se pensar o processo de desenvolvimento territorial rural, sobretudo, quando se trata de agricultura familiar, desde questões envolvendo políticas públicas até às abordagens dos conflitos.

Políticas públicas e conflitos: relações entre a agricultura familiar e a juventude

O ponto de partida para se falar dos conceitos básicos para o estudo das políticas públicas é reconhecer as diferenças sociais, culturais, econômicas, políticas, territoriais, dentre outras, entre os indivíduos e localidades. A diferença não pode ser entendida como julgamento de valor ou usada para classificação entre superior e inferior, esta deve ser reconhecida enquanto especificidade e potencialidade.

A noção de território das políticas públicas se constitui de forma diferente da noção de território apropriado pelas Ciências Sociais, principalmente a Antropologia, que busca entender essa noção a partir dos próprios sujeitos do local, sendo estes possuidores de autonomia e liberdade para identificar e demarcar o seu território, levando em consideração os seus critérios.

De acordo com Bonnal, Cazella e Delgado (2011, p. 37) – várias são as noções de território segundo as disciplinas, geografia, sociologia, etc. Na geografia o território é visto “como uma porção de espaço delimitado e qualificado por um caráter específico natural, cultural, político ou administrativo”, tendo destaque duas características: a existência de um limite/fronteira e, a existência de uma especificidade que possibilita a diferenciação daquilo que se encontra dentro e o que se encontra fora desse limite/fronteira. Os autores destacam ainda que o termo “território usado” é utilizado por Milton Santos, com o objetivo de distinguir a noção de território na sociologia, onde se destaca a dimensão simbólica e coletiva.

No caso da geografia política ou sociologia política, ainda de acordo Bonnal, Cazella e Delgado (2011, p. 39) a ideia de território está associado a ideia de poder e Estado, sendo “uma unidade de governança pública, suscetível de ser definida por normas jurídicas que precisem seu status legal e sua função dentro da estrutura funcional do Estado”. No entanto, para a territorialização das políticas públicas essas definições não são levadas em conta, e diferente das demais noções, no território das políticas públicas “o centro estratégico de ação se encontra fora do território”, sendo uma lógica que se sobrepõe ao território dado pelos atores sociais que ali se encontram.

Nesta lógica, o território é identificado principalmente com referência ao zoneamento de determinado problema ou carência da sociedade. O desafio para o poder público é o de definir as modalidades de ação mais apropriadas para a resolução do problema ou carência, levando em conta as especificidades locais. Esse tipo de território pode dar lugar a uma formalização jurídica, visando a precisar sua função dentro da estrutura funcional do governo. Mas na prática, no Brasil, como em outros países, observa-se a existência de um processo de justaposição das lógicas territoriais e de hibridação dos dois tipos de modelos de construção de territórios (BONNAL, CAZELLA, DELGADO, 2011, p. 40).

Essas diferentes lógicas acerca do território é motivo de conflito entre agentes sociais e o Estado. Uma das lógicas que se sobrepõe de forma visível nesse processo é a de desenvolvimento, associado diretamente com a questão econômica, o que implica em maiores disputas, uma vez que a formulação dessas políticas causa sobreposição, priorizando a dimensão econômica em detrimento das demais dimensões, que são tidas como importantes pelos agentes do território.

Outro fator que também é importante e deve ser destacado é a relação do capital social com as políticas públicas, uma vez que a eficiência da mesma se encontra diretamente vinculada à produção do capital social da comunidade. De acordo com Putnam (1993, p. 177), capital social “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”, esse capital social, segundo o autor “facilita a cooperação espontânea”, existindo relação com a eficiência institucional e desenvolvimento econômico.

O capital social, na perspectiva de Schmidt (2008, p. 424) “não pode ser criado diretamente. As principais formas de capital social são criadas ou destruídas como produto associado a outras atividades”. Para o autor, uma das condições para o

desenvolvimento do capital social é a estabilidade social, o que possibilita a formação de uma comunidade cívica.

A produção desse capital ocorre principalmente naquelas sociedades que podem ser entendidas como homogêneas, com um processo de identidade, de reconhecimento e pertencimento a determinado local, o que se torna menos evidente nos territórios que são criados pelo poder do Estado.

As políticas públicas entendidas como ação para solucionar um conflito, ou minimizar os problemas econômicos de um local, são ineficientes a partir do momento em que são formuladas e implementadas por meio da “soberania do poder público”, sem considerar a demarcação territorial reconhecida pela comunidade, à produção do capital social ou o processo de “desenvolvimento” da mesma e suas escalas.

Desenvolvimento rural e suas escalas

A modernização traz consigo benefícios que não são desfrutados pelo conjunto da população, sendo restrito apenas a alguns segmentos populacionais que tem em sua posse o controle pelo setor da produção. Dessa forma, a modernização intensifica o processo de distribuição de renda e auxilia na concentração de riqueza por pequenos grupos sociais (FURTADO, 1992, p.11).

Nesse sentido, o Brasil também vivencia a situação em que os ativos se concentram nas mãos de alguns, enquanto que a maioria da população é destituída da condição mínima de equipamento pessoal. Para que se possa ter acesso à distribuição de renda, é necessário que seja “habilitado por títulos de propriedades e/ou pela inserção qualificada no sistema produtivo”, entretanto, cabe ressaltar que o que está bloqueado não é necessariamente o acesso a distribuição de renda, mas o processo de habilitação para esse acesso, constatando-se, portanto, um problema estrutural na sociedade. (FURTADO, 1992, p. 18).

No sentido de amenizar os impactos das desigualdades sociais, o Estado busca por meio de políticas públicas, atuar diretamente em áreas com baixo dinamismo econômico. Entretanto, vários autores, como Brandão (2008), chamam a atenção para as dificuldades de se pensar em políticas de desenvolvimento das regiões, uma vez que cada local possui suas especificidades e diferentes escalas espaciais de desenvolvimento.

Com o objetivo de aumentar a eficiência dessas ações, emerge a ideia de se pensar as políticas públicas com base nas peculiaridades e potencialidades de cada região, sendo as políticas de desenvolvimento territorial, um exemplo de ação governamental destinada às áreas de menor crescimento econômico, denominados por Ortega (2008) de “territórios deprimidos”.

Assim como Celso Furtado (1992), Brandão (2008) também critica a ideia difundida sobre as possíveis etapas do desenvolvimento, pensando na perspectiva do subdesenvolvimento como uma etapa inicial para o rompimento com o atraso. Sendo assim, para Brandão (2008) o ambiente e o espaço são produzidos pelos sujeitos sociais em luta, sendo o território, as escalas e o processo de desenvolvimento estruturas de conflitos sociais, uma vez que estes são produtos humanos em trajetórias históricas, sociais, políticas, geográficas entre outras trajetórias distintas. Quanto às trajetórias sociais e territoriais, as ideias de capital social e formação de redes sociais merecem ser mais aprofundadas adiante.

Capital social e a formação de redes: relações entre cultura e desenvolvimento territorial rural

Ao analisarmos as abordagens econômicas do território não podemos deixar de recorrer ao teórico Ortega (2008), que possui um perfil multidisciplinar ao tratar desse assunto. Ele leva em consideração perfis culturais, identitários, sociais, geográficos, demográficos, históricos, etc., ao discorrer sobre economia/território. Que por sua vez, está associado também ideia de desenvolvimento. Sendo assim, desenvolvimento, é aqui entendido, por um processo que considera a participação social com seus diversos aspectos, principalmente, culturais.

Nesse sentido, podemos dizer que o território passa a ter caráter econômico a partir do momento em que o capitalismo toma conta desse espaço. A disputa e a necessidade de uso dos recursos advindos da terra, configurando um novo cenário de espaço reorganizado, e em disputa, como apontado por Lefebvre (2006) na 4^o edição de sua obra, “La production de l’espace”. Nessa percepção, a sociedade urbana é aquela advinda do processo de industrialização. É uma observação que parte do “predomínio da cidade sobre o campo”. São por assim dizer, novas formas de uso do território camponês, que contribui para uma nova percepção estrutural que Pedon

(2013) chama de relação “socioterritorial”. Assim, é possível visualizar as divergências de opiniões sobre o território, entre a máquina política na exploração e a sociedade civil que faz uso desse lugar, seja para subsistência ou exploração.

Ortega (2008) mapeia esse campo de conflito como sendo o “território deprimido”, um lugar de desavenças, exploração capitalista e ausência de programas públicos para o desenvolvimento adequado de “baixo para cima”.

Para ele, as junções das concepções de dívida, comum e recursos, associados ao desenvolvimento “de cima para baixo”, contribui para um espaço de conflito e geração de pobreza. Pois esse caminho imposto, não consegue atingir o objetivo do desenvolvimento ideal, que é através do acúmulo de “capital social”, conforme aponta Putnam (1993). Sendo assim, esse modelo desenvolvimentista, que não leva em consideração as estruturas sociais presentes na terra, não é o ideal para a economia no sentido não imediatista.

Portanto, o capital social proposto por Putnam (1993) pode ser entendido como o conjunto de relações humanas construídas na base da confiança mútua, união e cooperação. São princípios relacionados à ideia de costumes e dívida que fazem dos indivíduos o que são, seres em constantes interações sociais. Essas interações podem ser fortes ou fracas, dependendo do grau que se encontra o acúmulo de capital social, ou seja, depende de como essas relações sociais se construíram.

Quando pensamos em capital social no campo, dialogamos com as extensas conexões entre os moradores locais para pensar, produzir e reproduzir tradições de uso da natureza ou do território de forma duradoura e sustentável, com perspectiva de futuro e rotatividade de recursos sem a destruição dos mesmos. Nesses aspectos, as redes sociais se mostram caminhos promissores de relações entre os territórios e seus atores nas atividades da agricultura familiar de modo particular.

Dessa forma, compreendemos por redes sociais, os “vínculos entre indivíduos, grupos e organizações construídas ao longo do tempo”. Através dessas percepções, podemos compreender melhor a importância das redes sociais como forma de articulação e busca de programas públicos adequados ao contexto específico de cada lugar. Promovendo assim, uma cooperação entre outros atores sociais com objetivos comuns. (MARQUES, 2012, p. 5).

Destacamos ainda, que o capital social bem estruturado contribui para o desenvolvimento do território e das boas relações sociais. O economista Jesus (2014)

em um estudo de caso comparativo entre a Espanha e o Brasil percebe que os territórios espontâneos se desenvolvem muito mais, e por mais tempo, do que os territórios induzidos por políticas públicas. Essa capacidade está centrada na união social dos atores locais, conforme ele aponta. Esses atores criaram também redes sociais a níveis internacionais que ajudaram a se tornarem referência na produção do “Café do Cerrado”.

É através da especialização, conforme destaca Pecqueur (2005) que os territórios conseguem criar uma economia mais sólida e mais duradoura e de qualidade. Para ele, o desenvolvimento territorial deve partir da percepção e conhecimento do próprio local, o que “consiste em qualificar e diferenciar recursos revelados pelos atores”, o que qualifica a especialização em determinada produção.

Diante disso, o Estado deve promover a “redistribuição” para uma equidade entre os territórios, a “mediação” para facilitar a interligação, ou mesmo, estimular redes sociais para estabelecer trocas nos mais diversos aspectos com outros territórios. E ainda, possibilitar uma “coordenação” que consiga estimular e orientar os atores locais a se unirem e se organizarem em coletividades para a melhor qualidade do desenvolvimento local (PECQUEUR, 2005).

É sob essa perspectiva que observamos a importância das políticas públicas participativas voltadas para os jovens nas comunidades de agricultura familiar. Elas podem ser extremamente importantes para a permanência dos jovens no meio rural com acesso aos mecanismos de interação social, como internet, tv, cultura, lazer, movimentos sociais, grupos de jovens, etc. Elementos estes que funcionam como articuladores e elementares das formações sociais do jovem no campo.

Considerações finais

Quando falamos em uma abordagem econômica do território, inúmeros fatores devem ser levados em consideração, como apontado anteriormente. Devemos compreender através de muitos autores, como os já citados acima, que o melhor desenvolvimento territorial rural e social passa pela especialização, que por sua vez, depende do acúmulo do capital social, que ainda, está associado ao auxílio do Estado em abrir caminhos no mercado, como também, estabelecer o ordenamento e possibilidades das redes sociais (esclarecemos aqui que não foi nosso objetivo desenvolver toda a construção da teoria das redes sociais, apenas contextualizamos e

associamos à agricultura familiar). Ações que sempre devem levar em consideração os atores locais e seus conhecimentos diversos. Podemos perceber que o desenvolvimento de baixo para cima (endógeno), realmente se mostra o mais “promissor e adequado” para os territórios.

Nesse sentido, ao analisar as abordagens econômicas de desenvolvimento do território, sobretudo, da agricultura familiar, é de suma importância que se leve em consideração os diversos aspectos que compõem a esfera social desse espaço. Devemos considerar que as estruturas sociais são dotadas de costumes e tradições que são passadas de geração para geração, e muitas das vezes, são muito positivas para construções futuras de uso do espaço e trocas de experiências. As relações sociais podem também influenciar muito nas construções e percepções do espaço.

Entendemos dessa forma, que o jovem é então, um importante elemento formador da área rural, a quem diga que eles sejam “o futuro do país”. É preciso um olhar mais minucioso e contextualizado do poder público quanto a formulação de programas e incentivos que visem estimular a estadia da juventude na área rural. É preciso mais participação política dos jovens nas comunidades de agricultura familiar e demarcação de seus espaços.

Por fim, é importante destacar novamente, que, para o desenvolvimento adequado do território é preciso união social através das redes sociais estabelecidas pelas comunicações e interações humanas dos diversos lugares, e ainda, engajamento do jovem nas ações da comunidade. Essa interação humana se dá a partir dos aspectos culturais da comunidade. Tendo esses elementos articulados de forma positiva, o Estado se torna um veículo importante na transmissão de toda produção local. Ele se torna um intermediador, sem poder de imposição ou administração. O ideal é que seja função do Estado abrir caminhos no mercado nacional ou internacional para a comunidade e possibilitar a formação e manutenção de redes sociais nesse processo.

Referências Bibliográficas

BONNAL, Philippe. DELGADO, Nelson Giordano. CAZELLA, Ademir Antônio. **Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural**. In: Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14). Brasília: IICA, 2011. p. 35-60.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.

BRANDÃO, Carlos. **Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais**: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco e MILANI, Carlos R. S. (orgs.) “Compreendendo a complexidade sócio-espacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar”. Salvador, Editora da UFBA. 2008.

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.53-66.

CASTRO, Carmem. A mística de jovens no MST: uma experiência para compreender os jovens. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.253-260.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

FURTADO, Celso. **O subdesenvolvimento revisitado**. In: Economia e Sociedade – Revista do Instituto de Economia da UNICAMP. v. 1, agosto de 1992. P. 5-19.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativa da População** Disponível em: <https://archive.is/nBavW>. Acesso: 11 de Março de 16.

JESUS, C.M. **Desenvolvimento territorial rural**: uma análise comparada entre territórios constituídos autonomamente e os induzidos pelas políticas públicas no Brasil e na Espanha. Tese (doutorado em economia), UFU, 2014.

LARAIA, R. B. **Cultura**: Um conceito antropológico. 14^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

MARQUES, E. (org.) 2012. **Redes sociais no Brasil - sociabilidade, organizações civis e políticas**. Belo Horizonte: Fino Traço Ed.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa, Edições 70, 1988.

ORTEGA, A.C. **Territórios deprimidos**. Campinas: Alínea, 2008.

OSTROM, E. **Governing the commons**. New York, Cambridge University Press, 1990.

PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial**: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. Raízes. Campina Grande, Vol. 24, nºs 01 e 02, p. 10-22, jan./dez.2005.

PEDON, N. R. **Geografia e movimentos sociais**: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, FGV, 1993.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; CALIXTO, J. S.; Assis, T. P.; AYRES, E. B.; SILVESTRE, L. H. A.. **Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do alto Jequitinhonha**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR) , v. 7, p. 57-77, 2005.

SCHMIDT, João Pedro. **Capital social e políticas públicas**. In: REIS, Jorge Renato; LEAL, Rogério Gesta (Org.). Direitos Sociais e Políticas Públicas. Desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 419-458.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 279-293.

THOMAS, K. **O dilema humano**. In: O homem e o mundo natural. São Paulo: Companhia de Letras, 1996. Cap.6.

WEISHEIMER, N. **A Situação Juvenil na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.51, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.21-33.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia. O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, Editora da UnB/tempo Brasileiro, 1987.